

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH COREAÚ

2

3 Ao vigésimo segundo dia do mês de janeiro de dois mil e vinte, realizou-se a vigésima quinta
4 reunião extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Acaraú e a vigésima segunda reunião
5 extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreaú, no Auditório do IFCE de Sobral, Av.
6 Dr. Guarani, 317 – Derby Clube, município de Sobral – CE, com a seguinte pauta: Discussão e
7 mesa redonda sobre o Marco Regulatório do Saneamento Básico. A reunião contou com a presença
8 das técnicas e técnicos da COGERH: Kamyille Prado, Adriana Gondim, Hiago Gome, a Assistente
9 Administrativa Dayane Andrade, e o gerente regional Bartolomeu Almeida. Estiveram presentes:
10 Marcos Antônio Monteiro – EMATERCE, Cleverton Caçula – Representante da SEMACE,
11 Joaquim Ferreira dos Reis – DNOCS, Walber Cordeiro – FUNCEME, Mardineuson Alves e
12 Amanda Nunes Diógenes – ICMBIO, Cristiane dos Santos Coutinho – Prefeitura de Ibiapina,
13 Kléber Trévia – Câmara de Camocim, Roberto Chaves – Prefeitura de Granja, Francisco Eudes
14 Tabosa – Prefeitura de Martinópolis, Raul Lima Neto – Câmara de Uruoca, Vilma Maria Portela e
15 Antônio Cláudio Lima – STR de Ibiapina, Francisco Inácio de Brito – STR de Mucambo, José
16 Neuciano Pinheiro e Nayara de Almeida – IFCE de Acaraú, Flávio Pereira – STR de Cruz, Benedito
17 Francisco Moreira – Fundação CIS, Francisco Azevedo de Sousa – FAEC, Jarina Aragão – Assoc.
18 Lagoa dos Bitonhos, Yara Maria da Silva – Assoc. Cajueirinho, Antônio Arnaldo Rodrigues –
19 Assoc. Pau Ferro, Benedito Janes Cardoso – Assoc. Volta dos Almeidas e Francisclay Mouta da
20 Silva – Representante da CAGECE. Aberto os trabalhos pela Professora Mayara do Instituto
21 Federal do Ceará – IFCE, atualmente coordenadora do Curso Superior de Saneamento Ambiental,
22 sendo representado pelo professor Eliano que participou pelo Comitê de Bacia do Acaraú,
23 representando o IFCE – Campus Sobral. Na sequência, Mayara agradeceu aos presentes na reunião,
24 representantes institucionais, membros de comitês de bacias, professores e estudantes. A seguir
25 esclareceu a finalidade da plenária conjunta envolvendo os dois comitês de bacia, mencionando a
26 pauta única aqui já mencionada. Após a abertura, Mayara convocou os seguintes a compor a mesa
27 de abertura: Professor Eliano Vieira Pessoa, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela
28 Universidade Federal do Ceará – UFC, avaliador do sistema nacional de avaliação da educação
29 superior do Ministério da Educação – MEC, e vice-coordenador Núcleo de Discussão e
30 Mobilização da Plataforma Ceará 2050, e atualmente Diretor-Geral do Campus IFCE – Sobral;
31 José Maria Gomes Vasconcelos, Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Acaraú. Benedito
32 Francisco Moreira Lourenço, Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreaú. Daniel Pessoa

1

33 Gomes da Silva, Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Curu. Flaviana Guimarães,
34 Presidenta do Comitê do Médio Jaguaribe. Aridiano Belk, Presidente do Comitê do Baixo
35 Jaguaribe. Cada convidado teve até cinco minutos para expor sua saudação inicial. Eliano foi o
36 primeiro a falar, e desejou boas vindas a todos. Falou sobre o histórico do Instituto Federal do
37 Ceará, Campus Sobral, e de alguns de seus principais cursos, focando a falar na importância do
38 curso de saneamento. Benedito disse que esse momento foi histórico por ali estarem reunidas
39 representantes de cinco comitês de bacia hidrográfica, quase a metade das bacias do Estado do
40 Ceará. Agradeceu o esforço de todos para participarem da discussão além da pauta principal, de
41 duas leis, uma do Senado Federal e outra da Câmara. Aridiano parabenizou os comitês de bacia do
42 Acaraú e Coreaú, pela brilhante atividade de hoje, discussão fundamental para que todos que fazem
43 os comitês de bacia. Desejou que a discussão não pare por aqui, e que outros comitês também
44 discutam a pauta proposta. Daniel disse que o Comitê de Bacia do Curu gostaria de estreitar laços
45 com os demais comitês e lamentou o fato de os Institutos Federais presentes na Bacia do Curu não
46 possuírem cursos de saneamento ambiental. Mencionou a presença essencial do SINDIAGUA.
47 Daniel disse que o comitê de bacia do Curu teve a oportunidade de fazer uma prévia discussão
48 sobre o marco regulatório do saneamento. Ressaltou ser contra essa proposta, da forma de como
49 tramitou na Câmara. Alertou para o perigo das privatizações e justificou mencionando exemplos de
50 países que passaram por Reestatização do serviço de saneamento, na Alemanha, na França.
51 Flaviana agradeceu o convite e disse que também já estavam debatendo sobre saneamento na sua
52 bacia. Desejou que todos saíssem da reunião com ótimos resultados e aproveitou para
53 convidar para suas reuniões. José Maria apontou a importância da feminina na mesa, e
54 que o tema da água ainda é um assunto mais discutido entre os homens. José Maria
55 apresentou a vice-presidente do comitê de bacia do Acaraú, Rocineuda. Agradeceu em especial
56 a COGERH, que sempre ajuda para que as reuniões possam ser realizadas, bem como no processo
57 de mobilização. Em seguida pediu para que os representantes de cada comitê ficassem em pé para
58 que se pudesse ver quais representantes estavam presentes nessa reunião, bem como representantes
59 de outras instituições. Todos foram aplaudidos. José Maria disse que quando houver oportunidade
60 quanto Fórum Cearense de Comitê de Bacia, se levará e exigirá um posicionamento muito claro do
61 próprio governador do Estado do Ceará, e assim os presidentes de comitê terão oportunidade de ter
62 um momento com o governador Camilo Santana, e espera que seja o mais breve possível. Sobre
63 uma das ações do comitê, José Maria falou sobre uma resolução no Conselho Estadual de Recursos
64 Hídricos, impedindo o uso de tecnologias inadequadas para a nossa realidade do sistema de
65 irrigação, a proibição do uso do pivô central e a irrigação por inundação. José Maria disse que isso

66 só foi possível graças à competência e a todo conhecimento do professor Marcos Rosa e que base
67 em sua resolução o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou. Mayara convida os
68 presidentes a desfazer mesa e que permanecesse o Senhor Benedito, presidente do Comitê de Bacia
69 do Coreaú, que que faria a condução da mesa de debate. Mayara chamou para compor a mesa de
70 debates os seguintes nomes: o Senhor João Viana, Diretor do SINDIAGUA, funcionário da
71 CAGECE há quarenta e três anos, administrador e pedagogo. O Senhor José Maria, atualmente
72 presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Acaraú. Mayara entregou a palavra para Benedito que
73 conduziu os trabalhos. Benedito esclareceu que foi feito uma mobilização, contactando
74 profissionais e estudiosos da discussão, que tiveram a confirm ação e depois desconfirmação que
75 implicou na ausência de duas pessoas que contribuiriam para a discussão, uma representante da
76 Caritas regional do Ceará, e o professor Dr. Jeová Meirelles. Na sequência dos trabalhos, cada
77 debatedor teve até vinte e cinco minutos, onde expuseram falas que instrumentalizaram a discussão.
78 João Viana começou e em seguida José Maria. Benedito esclareceu que esteve em discussão o
79 projeto de lei 416/2019 que é o projeto chamado Lei de Mercado de Água, de autoria do Senador
80 Tasso Jereissati. E que esteve em discussão também o projeto 4162/2019 aprovado na Câmara dos
81 Deputados que institui o Marco Regulatório do Saneamento. João Viana começou sua fala
82 cumprimentando as todas as mulheres presentes. Agradeceu ao convite e pela ação o contato feito
83 pela Kamyille Prado da Cogeh. Discorreu sobre sua carreira profissional. Apontou os seguintes
84 membros do SINDIAGUA que estavam presentes: Maria Gorete, do SAAE Ipueiras e diretora do
85 SINDIAGUA, Cláudio Saraiva, do SAAE de Canindé, e o Francisco José também do SAAE de
86 Canindé. João disse que devido a importância do evento e da discussão sobre o saneamento, ele
87 com demais membros do SINDIAGUA refizeram a viagem. Falou sobre a trajetória e interesses do
88 SINDIAGUA. Disse que essa discussão não deve ser transformada em politicagem. Falou sobre o
89 desejo na década de 1990, o então governador do Ceará, Tasso Jereissati queria privatizar a Estação
90 de Tratamento de Água ETA – Gavião, que abastece a região metropolitana de Fortaleza. Disse que
91 Tasso queria duplicar essa estação por trinta milhões de reais. Disse que a água mineral vendida
92 engarrafada já é uma privatização. Que a Nestlé quer tomar conta da água do Brasil, por que nós
93 temos doze por cento da água do planeta. Disse que o Tasso perdeu para eles, no caso da
94 privatização da Estação, e que a ETA foi duplicada por um milhão e meio de reais com um projeto
95 dos próprios técnicos da empresa. E que hoje ela tem uma capacidade para dez metros cúbicos de
96 água. João Viana disse que Tasso como senador, foi relator das duas medidas provisórias no ano de
97 dois mil e dezoito, mas que caducaram, e não foram para frente, que isso significou mais uma
98 vitória. João disse que foi duas vezes a Brasília manifestar contra a medida provisória proposta pelo

99 executivo, e que foi aprovada em dezoito de dezembro do ano passado. Disse que esse projeto vai
100 ser prioridade no senado no mês de janeiro. Disse que as empresas não tem dinheiro pra investir no
101 saneamento e que vão pegar dinheiro do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, que
102 pagarão durante os trinta anos da concessão. João falou que para essas empresas terem mais lucro,
103 terão que aumentar as tarifas, e que vão focar naquelas pessoas que tem condição de pagar. Disse
104 que a qualidade não melhora, porque a distribuição de água e coleta de esgoto é monopólio, porque
105 não terá duas empresas na mesma rua e o cliente terá o poder de escolher. Disse que o SINDIAGUA
106 é contra a PPP – Participação público-privado. João falou que já tentou várias vezes e por um ano
107 conversar com o governador Camilo Santana, até por intermédio de seu pai Eudoro Santana, e que o
108 governador não abriu mão. Falou que nos municípios que possuem SAAE é uma situação difícil por
109 que os prefeitos não permitem aumentar a tarifa, há anos e que também não tem reajuste do salário
110 dos trabalhadores. João falou que ainda tem muita resistência por parte da população em fazer o
111 ligamento de suas residências a rede de esgoto, e que a operação de esgoto é mais cara que a de
112 água. João encerrou sua fala demonstrando que estão sempre buscando a conscientização da
113 população quanto a valorização da água, e usar bem a água. José Maria disse que o saneamento é
114 assegurado pela Constituição e deseja que ela seja respeitada pelo bem do país. Disse que o comitê
115 entende que a questão do saneamento necessariamente tem um vínculo direto com a questão da
116 saúde pública. José disse que os dados mostram que mais da metade da população brasileira ainda
117 não tem acesso ao sistema de esgoto e mora em regiões com sistema de esgoto a céu aberto, e que
118 isso é muito ruim. Falou que não temos que pensar só agora no presente, mas nas futuras gerações.
119 Alertou para a volta de doenças no Brasil que já haviam sido erradicadas. Disse que é preciso que
120 tenhamos clareza que abastecimento de água e o cuidado com os recursos e bens naturais andam
121 quase que juntos, agregados. Falou que Sobral vem fazendo sua lição de casa, cuidando do
122 abastecimento de água e tratamento, mas que muitos municípios pelos fatores políticos e não terem
123 recursos suficientes não fazem o seu dever de casa. Sobre o projeto do então senador da República,
124 Tasso Jereissati, é algo que gera muita preocupação. Disse que a maioria dos técnicos e cientistas da
125 Agência nacional de Águas- ANA tem posição favorável a processo de privatização. Os comitês e
126 usuários de bacia não podem ficar simplesmente de braços cruzados, de mãos atadas quanto a essa
127 situação, disse José Maria. Disse que alguns pontos do projeto são subjetivos e confusos. Quanto
128 capacidade de fiscalização e capacitação de usuários, José disse que é problemático na ótica da
129 ANA, e citou a própria COGERH que não tem perna suficiente para que possa acompanhar o
130 processo de acompanhamento e fiscalização, mas não porque ela não queira, mas porque não é
131 investido adequadamente. José disse que o DNOCS está praticamente falida do ponto de vista de

132 falta de profissionais, bem como outras instituições. José falou que temos que tomar cuidado com o
133 que há escritos nesses textos, referentes ao projeto de mercantilização da água, proposto pelo
134 senador Tasso Jereissati. Disse que o texto que foi proposto não deixa claro quem são os gestores de
135 água. Disse que esse ano é um ano extremamente estratégico pois estaremos em um processo
136 eleitoral elegendo prefeitos e vereadores, então precisam saber o que defendem e o que pensam os
137 candidatos. Falou que precisamos reforçar o processo da alocação negociada de água, respeitando
138 os espaços locais, as potencialidades e as necessidades que há em cada região, e que defendem
139 também o fortalecimento das comissões gestoras dos açudes. José Maria falou que o texto proposto
140 esquece completamente os comitês como espaço de democratização e gestão. É preciso que seja
141 respeitado a autonomia dos comitês, disse ele. José disse que a região norte do Estado do Ceará tem
142 o privilégio de ter ainda uma boa capacidade de armazenamento de água. José falou que precisamos
143 valorizar a CAGECE, os SAAEs e outro órgão pouco citado, mas de muita importância, que é o
144 SISAR. José chamou a atenção dos presidentes de comitês que estavam presentes para que essas
145 discussões sejam levadas para o Fórum Cearense de Comitês de Bacia, a questão do fortalecimento
146 e implementação dos planos municipais de saneamento básico. José Maria falou sobre o
147 posicionamento da Caritas Brasileira, e indicou uma sessão no site da Caritas, o programa água
148 nossa de cada dia, que seja um foco para trabalhar nas cidades mas também na zona rural. José
149 Maria encerrou sua fala indicando o sucesso na implementação de tecnologias sociais de
150 convivência com o semiárido, e que foram já implantadas mais de um milhão e quatrocentas mil
151 cisternas em todo o semiárido brasileiro, e que os comitês de bacia lançaram um desafio de plantar
152 um bilhão de árvores até dois mil e cinquenta, com o foco no reflorestamento ou catingamento, que
153 segundo ele, a árvore é uma ótima máquina na produção de água. Benedito retomou a palavra e
154 comentou sobre as falas de João Viana e José Maria. Falou que devido à realidade em que se tem no
155 país, o saneamento é a última coisa que chega numa cidade, quebrando a cidade e atrapalhando
156 diretamente o trânsito. Disse que o saneamento deixa de ser prioridade e que há um dizer que o
157 saneamento porque é escondido não é prioridade de nenhum governo. Falou sobre a contaminação
158 dos rios e citou um caso recente na cidade do Rio de Janeiro, que segundo ele ocorreu porque a
159 chuva leva tudo para o rio, que vai parar na estação de tratamento, contaminando a água. É preciso
160 entender e separar o que é dever constitucional, o que é dever do Estado, e o que é obrigação do
161 governo, indagou Benedito. Benedito ressaltou que é preciso saber qual a posição do governo do
162 Ceará quanto essas questões, os comitês de bacia precisam saber. Foi também questionado qual a
163 posição da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH e sua ausência na referida reunião mais,
164 Benedito disse que a discussão possa extrapolar os comitês de bacia hidrográfica, e que chegue aos

165 ouvidos do governador. Após seu comentário, foram abertas as inscrições para perguntas e cada
166 candidato teve dois minutos para fazer sua pergunta ou questionamento, onde foi feito blocos de
167 quatro, dirigido a mesa ou a outro participante. O primeiro a apontar questionamentos foi Rogério
168 Campos, professor do INTA, Engenheiro Civil e Dr. Em recursos hídricos. Participou dos comitês
169 das bacias metropolitanas e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Sobre a questão de
170 devolução de verbas disse que há questões de engenharia. Que as prefeituras não tem quadro
171 técnico, e que os prefeitos não tomam iniciativa para terceirizar, para resolver a questão. Disse que
172 saneamento é uma obra hidráulica, e que toda obra hidráulica é complexa e cara. Disse que se a
173 prefeitura não tem condição de fiscalizar aquela obra, existe as empresas de consultoria,
174 universidades e cooperativas. Disse que viu, num país que não tem saneamento devolvendo
175 dinheiro do saneamento. Jailson, secretário de políticas sociais, políticas agrícolas e agrárias, e meio
176 ambiente do sindicato do Senador Sá. Disse que tá cansado de mentiras e que as vezes quem
177 defende a privatização diz que tem que jogar dinheiro no capital privado porque não tem dinheiro
178 público. Em contraponto disse que é interessante porque foi aprovado um fundo bilionário para
179 prefeitos e vereadores fazerem campanhas esse ano. Disse que nosso judiciário custa bilhões sendo
180 um dos mais ineficientes do mundo, mas tem dinheiro para isso e não tem dinheiro para
181 saneamento. Talvez o problema não seja a falta de dinheiro, mas como o dinheiro público está
182 sendo investido, disse Jailson. Disse que investir em saneamento é uma escolha política e que quem
183 faz essa primeira escolha não é o prefeito e não é o vereador, é o eleitor. Disse que todos os
184 municípios que ali estavam foram mobilizados e perguntou se algum prefeito ou vereador que não
185 fosse membro do comitê estava ali. Ele disse que costuma dizer que saneamento é a mesma coisa do
186 SUS, que nasceu para ser um sucesso mas o que falta é gestão. Jailson perguntou a quem interessa a
187 privatização e disse que para ele que é pobre não interessa, porque ele não tem como pagar por algo
188 que já é um direito humano. Água não é mercadoria, água é um direito humano, disse ele.
189 Encerrando sua fala, ele incentivou a fazermos como o povo francês, vamos para rua, queimar,
190 quebrar fazer o que for preciso. Benedito pediu a atenção do plenário para ser sucinto em suas
191 colocações, e que as doze horas se inscrevessem para os encaminhamentos. Kleber, vereador de
192 Camocim, disse que como pessoa pública é contra a privatização, e que são contra a maioria das
193 privatizações. Disse que o município de Camocim tem o privilégio de ser um dos poucos
194 municípios do Brasil que logo terá em sua sede cem por cento saneado e cem por cento de
195 abastecimento de água, com o SAAE. Disse que também concorda que os políticos sejam culpados
196 de tudo, mas que uma boa parte deste problema todo é culpa nossa, porque quem vota somos nós.
197 Kleber disse que as duas leis estão alterando outras leis, não são leis que estão aparecendo do nada.

198 Kleber concordou com noventa e nove por cento da fala do Janilson, mas condenou a fala de
199 incentivo de ir para rua e quebrar, pois essa forma de falar não é correta pela nossa constituição.
200 Aridiano apontou números negativos em privatizações que houve em países como Argentina e
201 Bolívia. Lamentou a não presença da SRH. Disse que os prefeitos não gostam de obras que ficam
202 enterradas, que gostam é de praças, asfalto, quadra de esportes, obras que a população vê. Disse que
203 é importante saber o posicionamento do Fórum Cearense de Comitês de Bacia e Conselho Estadual
204 dos Recursos Hídricos. Como encaminhamento, Aridiano disse que em breve terão reunião com o
205 governador, e que essa pauta fosse lavada para o governador Camilo Santana, e que o Fórum
206 Cearense também focasse na pauta dessa discussão. Inácio de Brito, secretário de finanças do
207 sindicato dos trabalhadores rurais de Mucambo, comparou a Constituição de 1988 a um boi quando
208 é morto para vender, todos os pedaços bons da Constituição estão sendo retirados, e estamos
209 ficando com as partes que não tem muito valor. Disse que quanto a isso tá faltando povo para se
210 manifestar. Inácio avaliou que a reunião proposta pelos dois comitês e com membros dos demais
211 comitês foi um passo importante. Desejou que essas discussões sejam levadas para rua, para as
212 câmaras municipais, para a Assembleia Legislativa e onde quer que pudessem se manifestar.
213 Desejou que a luta seja unificada e elogiou a presença do SINDIAGUA. Disse que o movimento
214 sindical de trabalhadores rurais em suas lutas modificaram alguma coisa na Reforma da Previdência
215 Social. Benedito fez um esclarecimento para que os inscritos fizessem perguntas de fato, e
216 comunicou que iriam até doze horas e que nesse horário teriam uma segunda rodada de perguntas
217 para fechar a parte de encaminhamentos. Daniel Gomes, presidente do comitê de bacia hidrográfica
218 do Curu, e secretário de meio ambiente do município de Pentecoste, disse que o marco regulatório
219 do saneamento básico também alcança a questão dos resíduos sólidos. Disse que o governo do
220 Estado do Ceará investiu em vinte milhões no CTR de Sobral. Questionou aonde fica a discussão
221 relacionada aos resíduos sólidos e chamou a atenção que nesse ano há uma previsão de uma
222 epidemia de água virose, especialmente dengue. Perguntou aos colegas o que é eficiência nos
223 termos de alocação. Chamou atenção para os malefícios da lei do mercado de águas. Daniel
224 encaminhou a implementação dessa discussão sobre tanto a questão do marco regulatório, como a
225 questão da lei de mercado das águas, dentro das tratativas do pacto pelo saneamento básico. Ainda
226 chamou atenção da usina de mineração de fosfato urânio em Santa Quitéria, que tem uma demanda
227 hídrica alta. Que foi comemorado a decisão do IBAMA de não conceder autorização mas que a
228 empresa requerente já entrou com uma nova ação. Alertou para o perigo contra as comunidades que
229 estão na área, e citou exemplos de tragédias como Brumadinho e Mariana, e em Quiterianópolis, no
230 Rio Poti, Ceará. Raul Neto, vereador da Câmara Municipal de Senador Sá, segundo secretário do

231 Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreaú. Disse que levará essas discussões para dentro do
232 parlamento e fazendo a moção de repúdio a leis e as privatizações. Salientou que o que está faltando
233 muito é a conscientização política. Disse que nós que temos a informação temos que politizar o
234 cidadão e não levar a politicagem. Encaminhou a discussão para o Fórum nos dias vinte e sete e
235 vinte e oito e também lamentou a falta da SRH na mesa. Raul lembrou a todos que diz a
236 constituição que todo o poder emana do povo, e que devemos mostrar isso. Marco Rogério fez uma
237 pequena pesquisa e disse que o saneamento básico é assegurado pela Constituição de 1988, definido
238 pela Lei nº 11.445 de 2007. Disse que os políticos não são culpados de tudo, até porque os culpados
239 pelos políticos que nós temos somos nós mesmos. No Estado do Ceará temos pouco de trinta por
240 cento de municípios que detêm um Plano Diretor, e esse Plano é formado em audiências públicas, é
241 uma coisa bem democrática, disse Marco. Disse ainda que o plano de saneamento básico só pode
242 ser feito se tiver o plano diretor. Marco falou para exigirem dos políticos o plano diretor. Marco
243 falou que faltou um debate com o outro lado. Que nos estamos muito convictos da nossa posição, o
244 que deixou um pouco de esclarecimento a outra experiência. Disse que o dinheiro do governo não é
245 do governo, é nosso, para não esquecermos que pagamos tarifa da conta de água vinte e cinco por
246 cento de imposto. Sugeriu que todos lessem a Lei, e que se aprofundassem no assunto. Disse que
247 Fortaleza só tem hoje cinquenta por cento da cidade saneada. Bartolomeu explicou que primeiro
248 eles se qualificaram para depois escutarem o outro lado, e que eles terão oportunidade de ver o
249 outro lado. Disse que esse foi um momento preparatório para abordar esses assuntos em outros
250 momentos. Professora Daniele, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, disse que ficou feliz em
251 ver tantos comitês debatendo, e a presença de outros órgãos e instituições e disse que não sentiu
252 falta da SRH, não que não seja importante, mas ela notou um amadurecimento dos comitês em
253 levantar discussões desse tipo. Disse que é uma discussão política. Disse que a ANA regulará o
254 saneamento básico e que temos que acompanhar esse processo. Disse que a água é considerada um
255 mineral e não água. Que é uma mercantilização da água, na forma mais pura de mercantilização.
256 Disse que a gente paga pelo serviço público de saneamento mas de fato a gente acaba utilizando um
257 serviço privado, que é o serviço de água mineral. Disse que o Ceará apresenta uma peculiaridade
258 porque apresenta uma alocação negociada de água, que não está prevista na lei. Concordou com
259 Rogério e disse que precisamos aprofundar esse entendimento, discutir esses documentos, conhecê-
260 los melhor, e não apenas nos colocarmos contrários, para elaborarmos contrapropostas. Disse que
261 fica como encaminhamento que essa discussão perpassasse outros comitês, que essa discussão fosse
262 levada para o pacto de saneamento, Fórum Cearense. Bartolomeu após a fala do Benedito Jr. e do
263 representante da Câmara de Tamboril esgotou-se a primeira rodada e após isso teve uma segunda

264 rodada para os encaminhamentos. Benedito Jr. estudante do curso de saneamento ambiental do
265 IFCE, que foi convidado pela professora Mayara, disse que funcionamos e somos moldados pelo
266 mercado. Disse que dentro dos sistemas de mercado não se consegue alcançar a sustentabilidade.
267 Falou que as privatizações vão contra todas essas questões de meio ambiente equilibrado. Disse que
268 quando se privatiza um serviço público numa sociedade desigual, se aumenta a desigualdade. Disse
269 que quem contamina mais os rios das bacias são as indústrias. Desejo que se trabalhasse essa parte
270 da sustentabilidade a principalmente pela parte da indústria. Não deu parabéns ao vereador Kleber
271 por Camocim que seria o primeiro município a ter um nível de cem por cento de saneamento básico
272 e abastecimento de água, por que isso é um dever deles, é o dever do poder público enquanto
273 responsável por esse serviço, e disse que o vereador de Senador Sá devia tomar isso como exemplo,
274 e disse que deveria ter outros vereadores representantes para ouvir. Disse que é difícil manter o
275 saneamento. Geovane, vereador da Câmara de Tamboril, disse que é ligado aos movimentos sociais
276 ligados aos indígenas, quilombolas e os sem teto. Falou que infelizmente os movimentos sociais
277 estão um pouco adormecidos. Disse que não defende o que o governador Camilo fez com a reforma
278 da previdência do Ceará. Disse que um dos papéis dos movimentos sociais é conscientizar a
279 população para lutar pelos seus direitos, principalmente pela questão hídrica. Como
280 encaminhamento disse que é importante que se fizesse audiências públicas para tratar sobre isso.
281 Provocar uma audiência pública na Assembleia Legislativa, com a participação inclusive dos
282 prefeitos. Desejou que fosse feito um estudo mais aprofundado desses projetos. Neuciano, professor
283 do IFCE de Acaraú, explanou uma dúvida sobre a quebra dos contratos de programa, abrindo as
284 licitações para entes privados possivelmente nós teremos outro processo que seria de conversão das
285 empresas de saneamento públicas em empresas privadas. A dúvida está se essa privatização será
286 automática ou se a empresa pública ganhará a licitação por ter toda a estrutura. Bartolomeu a todos
287 que se inscreveram e contribuiriam com o debate e passou a palavra para José Maria e o João, que
288 tiveram cinco minutos para fazer os cumprimentos, responder as questões e depois voltar para a
289 última parte das inscrições, encaminhamentos e avisos. João falou dos posicionamentos da plenária.
290 Colocou mais uma vez a importância do debate e que ele possa se estendido aos outros comitês.
291 Disse que nas eleições para prefeito e vereador tem que pressionar os candidatos. E achou que cada
292 município deveria criar um conselho de saneamento do município. Quanto à pergunta de Neuciano,
293 João disse que não leu todo o projeto, mas disse que toda a estrutura como tubulações, foram
294 construídos com o nosso dinheiro e indagou como será feita a indenização pela iniciativa privada.
295 José Maria disse que se o professor Jeová Meireles tivesse comparecido, teria se aprofundado
296 melhor a discussão. Disse que as demais instituições que se ausentaram perderam uma grande

297 oportunidade, e que lamenta. Disse que achou fantástica a ideia de se criar os conselhos municipais
298 de saneamento básico, e também de resíduos sólidos. Disse que a Assembleia seria ideal, que os
299 comitês fizessem uma força tarefa para que se levasse essa discussão para a Assembleia Legislativa.
300 Concordou com a professora Daniele em se aprofundar mais sobre esses projetos. Quanto aos
301 planos diretores José disse que se precisa fazer uma retomada inclusive com os planos municipais
302 de saneamento básico de resíduos sólidos também. Entendeu que os dois vereadores que se
303 posicionaram sobre a moção de repúdio seja uma ação feita em suas Câmaras Municipais, mas caso
304 fosse possível estender isso aos demais municípios dos quais estão representando. Disse que é
305 preciso implementar essa discussão dentro do pacto pelo saneamento básico. Benedito prosseguiu
306 com alguns informes: as instituições que tiveram duplo assento, no caso vota uma vez e não nos
307 dois comitês. O suplente vota na ausência, se o suplente e o titular tivessem presentes um dos dois
308 votariam, usando o crachá para votar. Os votos dos presidentes de comitês de bacia hidrográfica
309 seriam de minerva caso precisasse. Os convidados dos outros comitês não votam porque não é
310 plenária deles. Antes dos encaminhamentos Benedito fez o convite para o EICD – Encontro de
311 Iniciativa ao Combate da Desertificação, evento que está sendo preparado sobre tudo pelos comitês
312 do Coreaú e Banabuiú, que será em Quixadá, que será sediado numa faculdade particular, de vinte e
313 cinco a vinte e sete de março de dois mil e vinte. **Os encaminhamentos tirados na reunião são os**
314 **que seguem: 1 – Realizar audiência pública na Assembleia Legislativa, em Sobral no mês de Abril.**
315 **2 – Propor documento conjunto dos Comitês apresentando as duas leis para serem discutidas e**
316 **pautado na audiência com o governador, a proposta deverá ser escrita e assinada pelos presidentes**
317 **dos cinco comitês que estiveram presentes na reunião. 3 – Enviar relatório do evento e recomendar**
318 **aos representantes dos municípios, prefeitura e Câmara Municipal que promovam audiência pública**
319 **sobre a temática nos seus municípios. 4 – O Fórum Cearense de Comitês de Bacia Hidrográfica**
320 **colocar em pauta o projeto de lei. 5 – Implantar a discussão do Marco Regulatório do saneamento e,**
321 **mercado de águas dentro da pauta do pacto pelo saneamento. 6 – Sugerir os municípios que tenham**
322 **representação dos comitês a criação dos Conselhos Municipais de saneamento.** Eu, Kamyille Prado,
323 redigi essa ata.